

Presidência

DECISÃO

Trata-se de petição subscrita pela A. D. A. E. M., em Ouro Preto D'Oeste/RO, que encaminha ao Presidente do Conselho Nacional de Justiça pedido de providências(...)

(...)

É o relatório. **DECIDO.**

(...)

Com efeito, o Conselho Nacional de Justiça não detém atribuição para atuar no caso narrado, haja vista que a Constituição da República lhe incumbiu tão somente do controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura.

Por conseguinte, por se tratar de matéria manifestamente estranha à competência deste Conselho, determino o ARQUIVAMENTO do feito, nos termos do art. 6º, inciso XXX, do RICNJ.

Publique-se. Intime-se.

Ministro **LUIZ FUX**

Presidente

PORTARIA Nº 211, DE 2 DE SETEMBRO DE 2021.

Dispõe sobre o Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD).

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a Resolução CNJ nº 370/2021, que estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD);

CONSIDERANDO a Resolução CNJ nº 325/2020, que dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026;

CONSIDERANDO a Portaria nº 104/2020, que institui o Planejamento Estratégico do CNJ para o período de 2021-2026;

RESOLVE:

Art. 1º Dispor sobre o Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD), para o sexênio 2021-2026.

Art. 2º A apuração do alcance da meta estabelecida pelo art. 2º da Resolução CNJ nº 370/2021, de atingir, no mínimo, 75% dos órgãos do Poder Judiciário com nível de maturidade satisfatório, até dezembro de 2026, se dará pela aplicação do levantamento iGovTIC-JUD.

§ 1º A maturidade mencionada no *caput* é a estabelecida pelo art. 2º da Resolução CNJ nº 370/2021, esse dará por meio da aplicação de iGovTIC-JUD a todos os órgãos do Poder Judiciário submetidos ao controle administrativo e financeiro do CNJ.

§ 2º Os itens do iGovTIC-JUD serão construídos em atendimento às diretrizes estratégicas de TIC, estabelecidas em Resolução deste Conselho Nacional de Justiça, e serão utilizados para a realização de diagnóstico anual para aferição do nível de cumprimento dessas diretrizes.

§ 3º Cada item do iGovTIC-JUD será vinculado a um domínio preestabelecido e a um tema que detalha o domínio, de acordo com a ENTIC-JUD.

§ 4º Os itens do iGovTIC-JUD poderão ser reavaliados anualmente com vistas ao aprimoramento do levantamento, considerando as inovações no cenário de tecnologia da informação e comunicação.

§ 5º As respostas apresentadas no iGovTIC-JUD serão subsídios para a realização de levantamento que tem por objetivo estabelecer o índice de maturidade de cada órgão, em relação aos 2 (dois) domínios predeterminados na ENTIC-JUD, que são: Governança e Gestão, e Gerenciamento de Serviços de TIC. Esses domínios contemplarão no total 8 (oito) temas que especificarão as perguntas e os itens a serem respondidos.

Art. 3º O resultado geral do levantamento realizado será disponibilizado no sítio do CNJ e na Plataforma de Governança Digital do Poder Judiciário (Connect-Jus), e contemplará, no mínimo, a média por segmento de justiça, a média por domínio, a média por tema, a evolução histórica geral, os relatórios detalhados, as notas de cada órgão e as respostas do questionário por órgão e por tipo de pergunta.

Art. 4º A responsabilidade por responder ao levantamento será do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, representado pelo dirigente de TIC de cada órgão, com base em informações providas por suas unidades subordinadas.

Art. 5º As respostas de cada órgão submetido ao levantamento serão suportadas pelas evidências documentais que deverão ser oportunamente reunidas e mantidas à disposição das instâncias de auditoria interna e externa.

Art. 6º As respostas apresentadas pelo Dirigente de Tecnologia da Informação e Comunicação serão utilizadas para classificar o órgão quanto à sua maturidade de TIC (baixa, satisfatória, aprimorada e excelente), respeitados os enquadramentos de grupos e portes (grande, médio e pequeno) estabelecidos na análise do Poder Judiciário – Justiça em Números.

Parágrafo único. A valoração dos itens do questionário e os critérios de classificação são definidos pelo CNJ com apoio do Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (CNGTIC.PJ).

Art. 7º As informações produzidas para responder ao levantamento poderão ser aproveitadas no processo de planejamento institucional e interno da área de TIC, que é inserido nas prestações de contas encaminhadas às unidades de auditoria interna e externa ao órgão.

Art. 8º O resultado do levantamento será divulgado pelo CNJ e na Connect-Jus, com o objetivo de promover a transparência, a integração e o compartilhamento de informações entre os órgãos e as áreas de TIC do Poder Judiciário.

Art. 9º O levantamento iGovTIC-JUD será aplicado anualmente, preferencialmente no mês de setembro.

Art. 10. A definição dos pesos dos itens, das perguntas, dos temas, assim como a metodologia de cálculo do iGovTIC-JUD, estão detalhadas no Manual do iGovTIC-JUD, anexo a esta Portaria.

Art. 11. Para assegurar que os Órgãos tenham um período de adequação do novo iGovTIC-JUD, foram criadas faixas de transição para as avaliações dos anos 2021 e 2022, conforme detalhado no Manual do iGovTIC-JUD, anexo.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro **LUIZ FUX**

Manual do Índice em Governança,
Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário

IGovTIC-JUD
2021

Agosto de 2021

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PRESIDENTE

Ministro LUIZ FUX

CORREGEDORA NACIONAL DE JUSTIÇA

Ministra Maria Thereza de Assis Moura

CONSELHEIROS

Ministro Emmanoel Pereira
Luiz Fernando Tomasi Keppen
Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro
Rubens de Mendonça Canuto Neto
Candice Lavocat Galvão Jobim
Tânia Regina Silva Reckziegel
Flávia Moreira Guimarães Pessoa
Sidney Pessoa Madruga
Ivana Farina Navarrete Pena
André Luis Guimarães Godinho
Marcos Vinícius Jardim Rodrigues
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

SECRETÁRIO-GERAL

Valter Shuenquener de Araujo

SECRETÁRIO ESPECIAL DE PROGRAMAS, PESQUISAS E GESTÃO ESTRATÉGICA

Marcus Livio Gomes

DIRETOR-GERAL

Johaness Eck

JUÍZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA (DTI)

Adriano da Silva Araujo
Alexandre Libonati de Abreu
Fábio Ribeiro Porto
Rafael Leite Paulo

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Thiago de Andrade Vieira

Sumário

1	INTRODUÇÃO	5
1.1	BREVE HISTÓRICO	5
1.2	O NOVO QUESTIONÁRIO	5
1.3	PAINEL DO IGOVTIC-JUD.....	6
2	PREMISSAS PARA A ELABORAÇÃO DO NOVO IGOVTIC-JUD	6
3	COMPOSIÇÃO GERAL DO NOVO IGOVTIC-JUD	7
3.1	PERGUNTAS PARA A MENSURAÇÃO DO GRAU DE MATURIDADE E GOVERNANÇA E GESTÃO DE TIC.....	7
3.2	PERGUNTAS PARA O DIAGNÓSTICO COMPLEMENTAR	8
4	METODOLOGIA DE CÁLCULO DO NOVO IGOVTIC-JUD.....	9
4.1	EXEMPLO DE CÁLCULO DO NOVO IGOVTIC-JUD.....	10
5	DOMÍNIO: GOVERNANÇA E GESTÃO DE TIC	12
5.1	TEMA 01: ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS E MACROPROCESSOS	12
	<i>Pergunta 01: A coordenação dos macroprocessos e as funções gerenciais de TIC são executadas por servidores do quadro permanente do órgão e em regime de dedicação exclusiva.</i>	<i>12</i>
	<i>Pergunta 02: Os processos de planejamento orçamentário de TIC, de gerenciamento de projetos de TIC e de gerenciamento de contratos de TIC são formalmente instituídos como normas de cumprimentos obrigatório; são executados de acordo com o seu ato constitutivo; e revisados anualmente e aperfeiçoado quando necessário.</i>	<i>13</i>
5.2	TEMA: POLÍTICAS E PLANEJAMENTO	14
	<i>Pergunta 03: O órgão elaborou, entregou e executa os Planos previstos na ENTIC-JUD?.....</i>	<i>14</i>
	<i>Pergunta 04: O órgão possui Comitê de Governança de TIC instituído e atuante no acompanhamento de suas deliberações?</i>	<i>15</i>
	<i>Pergunta 05: O órgão possui Comitê de Gestão de TIC instituído e atuante no acompanhamento de suas deliberações?</i>	<i>16</i>
	<i>Pergunta 06: O órgão possui PDTIC vigente com sua execução monitorada sistematicamente.....</i>	<i>17</i>
	<i>Pergunta 07: Os artefatos de contratações do Plano vigente, desde que não tenham sido considerados sigilosos, são disponibilizados em local de fácil acesso no portal do órgão, na internet, e no Repositório Nacional.</i>	<i>18</i>
5.3	TEMA: TRANSFORMAÇÃO DIGITAL	19
	<i>Pergunta 08: Sobre o Plano de Transformação Digital (PTD).</i>	<i>19</i>
	<i>Pergunta 09: Em relação a Transformação Digital, as seguintes ações são realizadas?.....</i>	<i>20</i>
	<i>Pergunta 10: Dentro dos serviços oferecidos para a sociedade, quantos são disponibilizados de forma digita</i>	<i>21</i>
	<i>Pergunta 11: Sobre a Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br) (Res. CNJ nº 335/2020 e Port. CNJ nº 252/2020):</i>	<i>22</i>
	<i>Pergunta 12: Sobre a "Justiça 4.0".....</i>	<i>23</i>
	<i>Pergunta 13: Existem ações para implementar os modelos de inteligência artificial (IA) (Resolução CNJ nº 332/2020)?.....</i>	<i>23</i>

5.4	TEMA: ATENDIMENTO E SUPORTE AO USUÁRIO	24
	<i>Pergunta 14: Sobre o funcionamento da Central de Serviços de TIC.</i>	24
	<i>Pergunta 15: Sobre a Central de Atendimento aos Usuário de Soluções de TIC. Ela foi reconhecida, no ciclo do ano anterior, por excelência na prestação de seus serviços. Só serão contabilizados os valores Ótimo e Bom.</i>	25
5.5	TEMA: PESSOAS	26
	<i>Pergunta 16: Sobre os servidores gestores e técnicos.</i>	26
	<i>Pergunta 17: Sobre os servidores da área de TIC.</i>	26
6	DOMÍNIO: GERENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE TIC.....	27
6.1	TEMA: INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA E SERVIÇOS EM NUVEM	27
	<i>Pergunta 18: Sobre a infraestrutura de TIC.</i>	27
	<i>Pergunta 19: Sobre o provedor de serviços em nuvem.</i>	28
	<i>Pergunta 20: Sobre a prestação de serviços em nuvem.....</i>	29
	<i>Pergunta 21: Sobre o gerenciamento de serviços de TIC, quais foram implementados, são executados, monitorados e revisados.</i>	30
6.2	TEMA: RISCOS, SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PROTEÇÃO DE DADOS	31
	<i>Pergunta 22: Sobre o Comitê de Segurança da Informação do Órgão (Resolução CNJ nº 396/2021):.....</i>	31
	<i>Pergunta 23: Sobre o nível da Segurança da Infraestrutura Crítica e da Governança da Segurança da Informação, protocolos e manuais instituídos pela Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ) (Resolução CNJ nº 396/2021):</i>	32
	<i>Pergunta 24: Sobre o Plano de Gestão de Riscos de TIC:</i>	33
	<i>Pergunta 25: Sobre a Política de Segurança da Informação (PSI):.....</i>	34
6.3	TEMA: SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	35
	<i>Pergunta 26: O órgão conta com ações para adequar os seus sistemas de informação, aos padrões de interoperabilidade estabelecidos pelo CNJ.</i>	35
	<i>Pergunta 27: Sobre o processo de desenvolvimento e sustentação de sistemas:.....</i>	35
	<i>Pergunta 28: Sobre as soluções de TIC:.....</i>	36
7	DIAGNÓSTICO COMPLEMENTAR.....	37
7.1	TEMA: INOVAÇÃO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.	37
7.2	TEMA: FORÇA DE TRABALHO DE TIC.....	37
7.3	TEMA: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DE TIC.	38
7.4	TEMA: AQUISIÇÕES DE BENS E DE CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE TIC.	38
7.5	TEMA: SISTEMAS DE INFORMAÇÃO QUE SUSTENTAM A ATIVIDADE PRECÍPUA DO ÓRGÃO.	38
7.6	TEMA: SISTEMAS DE INFORMAÇÃO QUE SUSTENTAM A ATIVIDADE ADMINISTRATIVA DO ÓRGÃO.	39

1 Introdução

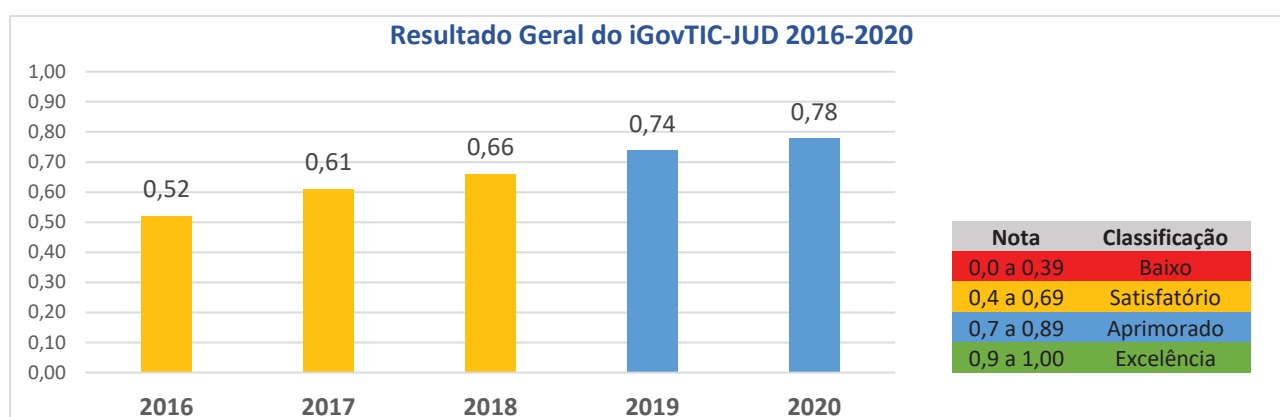
O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realiza, anualmente, diagnóstico para aferir o nível de cumprimento das Diretrizes Estratégicas de Nivelamento e, conseqüentemente, do aperfeiçoamento dos Viabilizadores de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação constantes na ENTIC-JUD vigente.

Esse diagnóstico é obtido por meio da aplicação de questionário aos órgãos do Poder Judiciário e, como resultado da aferição, é publicado o nível de maturidade atingido por cada órgão através do índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD).

1.1 Breve histórico

Com a publicação da Resolução CNJ nº 211/2015, o Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (CNGTIC.PJ) e o CNJ elaboraram no ano de 2016, com base em práticas de governança e de gestão, um questionário composto por tópicos subdivididos entre o domínio de Governança e Gestão de TIC e o domínio de Infraestrutura de TIC, resultando no iGovTIC-JUD que foi aplicado no período de 2016 a 2020.

Com a instituição da ENTIC-JUD, é possível constatar, a partir dos resultados das aplicações do iGovTIC-JUD no seu primeiro período de aplicação (2016-2020), uma evolução no nível de maturidade dos órgãos conforme observado no gráfico abaixo:



1.2 O Novo questionário

A partir da publicação da nova ENTIC-JUD (Resolução CNJ nº 370/2021), novos requisitos deverão ser atendidos pelo Poder Judiciário. Dessa forma, foi necessária a criação de novos critérios de avaliação, de nova metodologia de cálculo e de novas perguntas, resultando no iGovTIC-JUD, período de 2021 a 2026.

Tendo em vista que a ENTIC-JUD 2021/2026 divide os viabilizadores de governança de TIC em dois domínios, as perguntas do novo questionário foram distribuídas em temas abrangendo ambos os domínios, conforme o quadro a seguir:

Governança e Gestão de TIC	Gerenciamento de Serviços de TIC
Políticas e Planejamento	Sistemas de Informação
iGovTIC-JUD	Infraestrutura Tecnológica e Serviços em Nuvem
Transformação Digital	Riscos, Segurança da Informação e Proteção de Dados
Atendimento e Suporte ao Usuário	
Estruturas Organizacionais e Macroprocessos	
Pessoas	

1.3 Painel do iGovTIC-JUD

O CNJ disponibiliza um painel que apresenta os gráficos do resultado geral, da média por segmento, da média por dimensão, da evolução histórica geral, dos relatórios detalhados, das notas de cada órgão, das respostas do questionário por órgão e por tipo de pergunta.

Para acessar o painel, visite o *link*:

<https://www.cnj.jus.br/tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/painel-do-igovtic-jud-do-poder-judiciario>

2 Premissas para a elaboração do novo iGovTIC-JUD

Após análise dos resultados do período anterior (2016-2020), constatou-se que grande parte das perguntas eram plenamente atendidas pelos órgãos, assim sendo, optou-se por não manter essas perguntas no novo ciclo de aplicação.

Dessa forma, houve uma reavaliação geral das demais perguntas, resultando em um questionário enxuto e objetivo, com a redução substancial dos itens, abrangendo as estratégias da Resolução CNJ nº 370/2021 e da Estratégia Nacional do Poder Judiciário. Para tanto, foram consideradas as seguintes premissas:

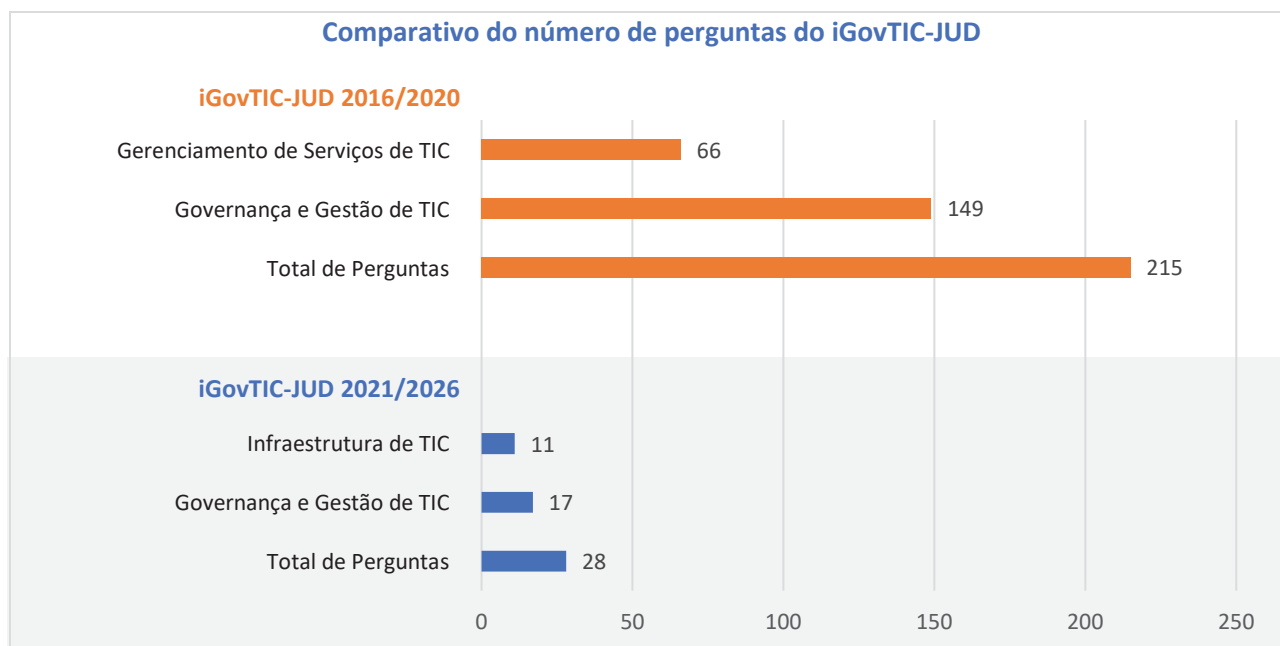
- questionário conciso;
- perguntas mais objetivas e claras; e
- simplificação da metodologia de cálculo.

3 Composição geral do novo iGovTIC-JUD

O novo iGovTIC-JUD é composto por dois grupos de perguntas: o primeiro tem a função de mensurar o grau de maturidade em Governança e Gestão de TIC do órgão e o segundo é destinado ao diagnóstico complementar.

3.1 Perguntas para a mensuração do grau de maturidade e governança e gestão de TIC

O gráfico abaixo exibe um comparativo entre os dois períodos de aplicação do iGovTIC-JUD, no qual pode ser observada a diminuição do quantitativo das perguntas no novo questionário:



A tabela abaixo demonstra a distribuição das perguntas por tema dos dois domínios estabelecidos na ENTIC-JUD:

Perguntas	iGovTIC-JUD 2016/2020	Perguntas	iGovTIC-JUD 2021/2026
215	Domínios e Dimensões	28	Domínios e Temas
149	Governança e Gestão	17	Governança e Gestão
41	Políticas e Planejamento	5	Políticas e Planejamento
71	Estruturas, Macroprocessos e Processos	6	Transformação Digital
18	Competências, Desenvolvimento e Desempenho das Pessoas	2	Atendimento e Suporte ao Usuário
19	Riscos, Monitoramento e Auditoria – Controle de Gestão	2	Estruturas Organizacionais e Macroprocessos
		2	Pessoas
66	Infraestrutura	11	Gerenciamento de Serviços de TIC
24	Sistemas, Integração e Nivelamento	3	Sistemas de Informação
42	Serviços de Infraestrutura	4	Infraestrutura Tecnológica e Serviços em Nuvem
		4	Riscos, Segurança da Informação e Proteção de Dados

3.2 Perguntas para o diagnóstico complementar

No diagnóstico complementar, busca-se levantar informações relacionadas aos temas abaixo:

- Inovação e Inteligência Artificial;
- Força de Trabalho de TIC;
- Execução orçamentária e financeira de TIC;
- Aquisições de bens e de contratações de serviços de TIC;
- Sistemas de informação que sustentam a atividade precípua do órgão; e
- Sistemas de informação que sustentam a atividade administrativa do órgão.

4 Metodologia de cálculo do novo iGovTIC-JUD

Para o cálculo do iGovTIC-JUD, são considerados quatro níveis de consolidação:

1. Nota do Item da pergunta (NI)
2. Nota Final da Pergunta (NFP)
3. Nota Final do Tema (NFT)
4. Nota final do IGOVTIC-JUD

A metodologia para o cálculo do iGovTIC-JUD é descrita conforme detalhamento das fórmulas a seguir:

Nota do Item da Pergunta (NI): os itens das perguntas são valorados de 0 a 100 pontos, de acordo com o seu grau de importância.

Nota Final da Pergunta (NFP): cada pergunta do iGovTIC-JUD é composta por itens. O somatório dos itens, de cada pergunta, resultará na Nota Final da Pergunta (NFP), que pode variar de 0 a 100 pontos, conforme fórmula abaixo:

- NFP = Nota Final da Pergunta
- NI = Nota do Item

$$NFP = NI1 + NI2 + \dots + Nin$$

Nota Final do Tema (NFT): as perguntas são agrupadas por temas. Cada pergunta possui um peso definido, em porcentagem, de acordo com o seu grau de importância para o tema. O somatório dos pesos de todas as perguntas do tema resultará em 100%. Veja:

- NFT = Nota Final do Tema
- NFP = Nota Final da Pergunta
- PP = Peso da Pergunta

$$NFT = (NFP1 * PP1\%) + (NFP2 * PP2\%) + \dots + (NFPn * PPn\%)$$

Nota final do IGOVTIC-JUD: o resultado é obtido pela média aritmética das Notas Finais dos Temas (NFTs), conforme fórmula abaixo:

$$IGOV TIC-JUD = (NFT1 + NFT2 + \dots + NFT8) / 8$$

A partir do resultado obtido, cada órgão é classificado de acordo com seu nível de maturidade.

Com a finalidade de assegurar que os órgãos tenham um período de adequação do novo iGovTIC-JUD, destaca-se a criação de faixas de transição para as avaliações compreendidas entre 2021 e 2022, conforme tabela abaixo:

Tabela 6. Nível de maturidade iGovTIC-JUD 2021

Nível de Maturidade	Faixas do período de transição 2021	Faixas do período de transição 2022	Faixas 2023 a 2026
Baixo	$0 \leq \text{iGovTIC-JUD} < 30$	$0 \leq \text{iGovTIC-JUD} < 35$	$00 \leq \text{iGovTIC-JUD} < 40$
Satisfatório	$30 \leq \text{iGovTIC-JUD} < 60$	$35 \leq \text{iGovTIC-JUD} < 65$	$40 \leq \text{iGovTIC-JUD} < 70$
Aprimorado	$60 \leq \text{iGovTIC-JUD} < 80$	$65 \leq \text{iGovTIC-JUD} < 85$	$70 \leq \text{iGovTIC-JUD} < 90$

Excelência $80 \leq \text{iGovTIC-JUD} \leq 100$ $85 \leq \text{iGovTIC-JUD} \leq 100$ $90 \leq \text{iGovTIC-JUD} \leq 100$

4.1 Exemplo de cálculo do novo iGovTIC-JUD

a) Nota Final da Pergunta (NFP):

A pergunta abaixo é composta por cinco itens, dos quais o item 5 possui maior pontuação por seu grau de importância. Destaca-se que o somatório dos itens resulta no total de 100 pontos para a pergunta.

No exemplo, o tribunal não pontuou nos itens 3 e 4 por ter respondido “Não”.

Pergunta: Sobre o funcionamento da Central de Serviços de TIC.

Item	Sobre o funcionamento da Central de Serviços de TIC.	Resposta	Pontos
1	As atividades são executadas de acordo com o seu ato constitutivo.	Sim	15
2	Possui software de gestão de atendimento atualizado.	Sim	15
3	É realizada capacitação periódica dos atendentes.	Não	15
4	Possui FAQs atualizadas.	Não	10
5	Pelo menos 95% dos atendimentos são realizados dentro do SLA ou ANO acordados.	Sim	45

Exemplo de cálculo da Nota Final da Pergunta (NFP):

$$NFP = NI1 + NI2 + \dots + NI_n$$

$$NFP = NI1 + NI2 + NI3 + NI4 + NI5$$

$$NFP = 15 + 15 + 0 + 0 + 45 = 75$$

b) Nota Final do Tema (NFT)

Exemplo:

O tema do exemplo a seguir é composto por três perguntas, com pesos distribuídos da seguinte forma: P1 (40%), P2(35%) e P3 (25%). Destaca-se que P1 possui maior Peso da Pergunta (PP) por seu grau de importância e o somatório dos percentuais (pesos) resulta no total de 100%, conforme quadro abaixo:

Tema	Peso da Pergunta	Id Pergunta	Descrição da Pergunta
Sistemas de Informação	40%	P1	O órgão conta com ações para adequar os seus sistemas de informação, quando necessárias, aos padrões de interoperabilidade estabelecidos pelo CNJ.
	35%	P2	Sobre o processo de desenvolvimento e sustentação de sistemas:
	25%	P3	Sobre as soluções de TIC:

No exemplo, o tribunal atingiu 80 pontos na NFP1, 50 na NFP2 e 55 na NFP3, resultando na NFT igual a 63,25 conforme abaixo:

NFP1: 80

NFP2: 50

NFP3: 55

PP1: 40%

PP2: 35%

PP3: 25%

Nota Final do Tema:

$$NFT = (NFP1 * PP1\%) + (NFP2 * PP2\%) + \dots + (NFP_n * PP_n\%)$$

$$NFT = (NFP1 * PP1\%) + (NFP2 * PP2\%) + (NFP3 * PP3\%)$$

$$\begin{aligned} \text{NFT} &= (80 * 40\%) + (50 * 35\%) + (55 * 25\%) \\ \text{NFT} &= 32,00 + 17,50 + 13,75 \\ \text{NFT} &= \mathbf{63,25} \end{aligned}$$

c) **Nota final do IGOVTIC-JUD:**

Exemplo: No exemplo, o tribunal atingiu Notas Finais dos Temas (NFTs) conforme quadro abaixo:

Id Tema	Tema	NFT
T1	Políticas e Planejamento	88,10
T2	Transformação Digital	77,33
T3	Atendimento e Suporte ao Usuário	93,00
T4	Estruturas Organizacionais e Macroprocessos	82,50
T5	Pessoas	88,62
T6	Sistemas de Informação	63,25
T7	Infraestrutura Tecnológica e Serviços em Nuvem	81,00
T8	Riscos, Segurança da Informação e Proteção de Dados	75,97

Nota do iGovTIC-JUD:

$$\text{IGOV TIC-JUD} = (\text{NFT1} + \dots + \text{NFT8}) / 8$$

$$\text{IGOV TIC-JUD} = (\text{NFT1} + \text{NFT2} + \text{NFT3} + \text{NFT4} + \text{NFT5} + \text{NFT6} + \text{NFT7} + \text{NFT8}) / 8$$

$$\text{IGOV TIC-JUD} = (88,10 + 77,33 + 93,00 + 82,50 + 88,62 + 63,25 + 81,00 + 75,97) / 8$$

IGOV TIC-JUD = 81,22

Nível de Maturidade Excelência*

* De acordo com a faixa do período de transição 2021

Nível de Maturidade	Faixas do período de transição 2021	Faixas do período de transição 2022	Faixas 2023 a 2026
Baixo	$0 \leq \text{iGovTIC-JUD} < 30$	$0 \leq \text{iGovTIC-JUD} < 35$	$00 \leq \text{iGovTIC-JUD} < 40$
Satisfatório	$30 \leq \text{iGovTIC-JUD} < 60$	$35 \leq \text{iGovTIC-JUD} < 65$	$40 \leq \text{iGovTIC-JUD} < 70$
Aprimorado	$60 \leq \text{iGovTIC-JUD} < 80$	$65 \leq \text{iGovTIC-JUD} < 85$	$70 \leq \text{iGovTIC-JUD} < 90$
Excelência	$80 \leq \text{iGovTIC-JUD} \leq 100$	$85 \leq \text{iGovTIC-JUD} \leq 100$	$90 \leq \text{iGovTIC-JUD} \leq 100$

5 Domínio: Governança e Gestão de TIC

5.1 Tema 1: Estruturas Organizacionais e Macroprocessos

Pergunta 01: A coordenação dos macroprocessos e as funções gerenciais de TIC são executadas por servidores do quadro permanente do órgão e em regime de dedicação exclusiva.

Peso da Pergunta: 30%

Item 1: Sobre a coordenação de macroprocessos de TIC. Ela é executada por:

Tipo	Respostas	Nota
Lista	Até 60% de servidores do quadro permanente.	0
Lista	60% a 85% de servidores do quadro permanente.	25
Lista	86% a 100% de servidores do quadro permanente.	50

Item 2: Sobre as funções gerenciais de TIC. Elas são executadas por:

Tipo	Respostas	Nota
Lista	Até 60% de servidores do quadro permanente.	0
Lista	60% a 85% de servidores do quadro permanente.	25
Lista	86% a 100% de servidores do quadro permanente.	50

Descrição: De acordo com o art. 23, parágrafo único, da Resolução CNJ nº 370/2021, a coordenação dos macroprocessos e das funções gerenciais de TIC, preferencialmente, deverão ser executadas por servidores do quadro permanente do órgão e em regime de dedicação exclusiva.

Pergunta 2: Os processos de planejamento orçamentário de TIC, de gerenciamento de projetos de TIC e de gerenciamento de contratos de TIC são formalmente instituídos como normas de cumprimentos obrigatório; são executados de acordo com o seu ato constitutivo; e revisados anualmente e aperfeiçoado quando necessário?

Peso da Pergunta: 70%

Sobre o Processo de Planejamento Orçamentário de TIC:

Tipo	Respostas	Nota
Sim/Não	É formalmente instituído.	5
Sim/Não	É executado conforme normativo.	12
Sim/Não	É revisado periodicamente.	16

Sobre o Processo de Gerenciamento de Projetos de TIC:

Tipo	Respostas	Nota
Sim/Não	É formalmente instituído.	5
Sim/Não	É executado conforme normativo.	12
Sim/Não	É revisado periodicamente.	16

Sobre o Processo de Gerenciamento de Contratos de TIC:

Tipo	Respostas	Nota
Sim/Não	É formalmente instituído.	5
Sim/Não	É executado conforme normativo.	13
Sim/Não	É revisado periodicamente.	16

Descrição:

O órgão possui metodologia de gestão de processos para o gerenciamento do Processo de Planejamento Orçamentário de TIC, do Processo de Gerenciamento de Projetos de TIC e do Processo de Gerenciamento de Contratos de TIC. Para fins do iGovTIC-JUD, considera-se periódica a revisão feita pelo menos anualmente.

5.2 Tema: Políticas e Planejamento

Pergunta 3: O órgão elaborou, entregou e executa os Planos previstos na ENTIC-JUD?

Peso da Pergunta: 30%

Tipo	Respostas	Nota
Sim/Não	Não entregou Planos.	0
Sim/Não	Entregou o Plano de Transformação Digital – PTD (Art. 15) e as ações estão sendo executadas.	25
Sim/Não	Entregou o Plano Anual de Capacitações de TIC - (Art. 27) e as ações estão sendo executadas.	15
Sim/Não	Entregou o Plano de Gestão de Continuidade de Negócios ou de Serviços - (Art. 36º) e as ações estão sendo executadas.	15
Sim/Não	Entregou o Plano de Gestão de Riscos de TIC - (Art. 37º) e as ações estão sendo executadas.	15
Sim/Não	Entregou o Plano de Trabalho da ENTIC - (Art. 45) e as ações estão sendo executadas.	30

Descrição: A Resolução CNJ nº 370/2021 propõe a elaboração, execução e divulgação de diversos planos necessários para a consecução dos seus objetivos.

Pergunta 4: O órgão possui Comitê de Governança de TIC instituído e atuante no acompanhamento de suas deliberações?

Peso da Pergunta: 15%

Tipo	Respostas	Nota
Lista	Não possui Comitê.	0
Lista	Possui Comitê.	5
Lista	Possui Comitê com acompanhamento Semestral.	15
Lista	Possui Comitê com acompanhamento Trimestral.	50
Lista	Possui Comitê com acompanhamento Bimestral.	80
Lista	Possui Comitê com acompanhamento Mensal.	100

Descrição: De acordo com o art. 7º da Resolução CNJ nº 370/2021, os órgãos deverão constituir ou manter um Comitê de Governança de TIC multidisciplinar, composto por representantes de todas as áreas estratégicas do órgão e pelo titular da área de TIC. Como critério para avaliação do iGovTIC-JUD o acompanhamento será por meio de reuniões periódicas e monitoramento das deliberações e ações.

Pergunta 5: O órgão possui Comitê de Gestão de TIC instituído e atuante no acompanhamento de suas deliberações?

Peso da Pergunta: 15%

Tipo	Respostas	Nota
Lista	Não possui Comitê.	0
Lista	Possui Comitê.	25
Lista	Possui Comitê com acompanhamento bimestral.	50
Lista	Possui Comitê com acompanhamento mensal.	75
Lista	Possui Comitê com acompanhamento quinzenal.	100

Descrição: De acordo com o art. 8º da Resolução CNJ nº 370/2021, as áreas de TIC dos órgãos do Poder Judiciário deverão constituir ou manter Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação, coordenado pelo titular da área de TIC. Como critério para avaliação do iGovTIC-JUD o acompanhamento será por meio de reuniões periódicas e monitoramento das deliberações e ações.

Pergunta 6: O órgão possui PDTIC vigente e possui sua execução monitorada sistematicamente?

Peso da Pergunta: 25%

Tipo	Respostas	Nota
Lista	Não possui PDTIC Vigente.	0
Lista	Possui PDTIC Vigente.	30
Lista	Possui PDTIC Vigente com monitoramento bimestral.	70
Lista	Possui PDTIC Vigente com monitoramento mensal.	100

Descrição: De acordo com o art. 6º da Resolução CNJ nº 370/2021, cada órgão deverá elaborar e manter o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), o qual deverá elencar as ações que estarão alinhadas ao Planejamento Estratégico Institucional, ao Planejamento Estratégico Nacional do Poder Judiciário e à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário. Como critério para avaliação do iGovTIC-JUD o acompanhamento será por meio de reuniões periódicas e monitoramento das deliberações e ações.

Pergunta 7: Os artefatos de contratações do Plano vigente, desde que não tenham sido considerados sigilosos, são disponibilizados em local de fácil acesso no portal do órgão, na internet, e no Repositório Nacional?

Peso da Pergunta: 15%

Sobre os artefatos do Plano de Contratações Vigente:

Item 1:

Tipo	Respostas	Nota
Lista	Não disponibiliza artefatos no Portal do Tribunal.	0
Lista	Disponibiliza até 25% dos artefatos no Portal do Tribunal.	20
Lista	Disponibiliza entre 26% e 60% dos artefatos no Portal do Tribunal.	30
Lista	Disponibiliza entre 61% e 89% dos artefatos no Portal do Tribunal.	40
Lista	Disponibiliza entre 89% e 100% dos artefatos no Portal do Tribunal.	50

Item 2:

Tipo	Respostas	Nota
Lista	Não disponibiliza artefatos no Repositório Nacional.	0
Lista	Disponibiliza até 25% dos artefatos no Repositório Nacional.	20
Lista	Disponibiliza entre 26% e 60% dos artefatos no Repositório Nacional.	30
Lista	Disponibiliza entre 61% e 89% dos artefatos no Repositório Nacional.	40
Lista	Disponibiliza entre 89% e 100% dos artefatos no Repositório Nacional.	50

Descrição:

Para fins de mensuração do IGovTIC-JUD, serão considerados os artefatos das Contratações do Plano Vigente do órgão, em fase de planejamento até o final do primeiro semestre, contendo no mínimo: Documento de Oficialização da Demanda (DOD), Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Termo de Referência (TR).

5.3 Tema: Transformação Digital

Pergunta 8: Sobre o Plano de Transformação Digital (PTD).

Peso da Pergunta: 20%

Tipo	Respostas	Nota
Sim/Não	O órgão instituiu seu Plano de Transformação Digital.	10
Sim/Não	O PTD é executado.	40
Sim/Não	O PTD é revisado periodicamente.	10
Sim/Não	A área de TIC contribui na concepção e nas revisões do Plano de Transformação Digital.	20
Sim/Não	O PTD contém ações de transformação digital de serviços.	5
Sim/Não	O PTD contém ações de integração de canais digitais.	5
Sim/Não	O PTD contém ações de interoperabilidade de sistemas.	5
Sim/Não	O PTD contém ações de estratégia de monitoramento.	5

Descrição: De acordo com o art. 15 da Resolução CNJ nº 370/2021, os órgãos elaborarão o Plano de Transformação Digital (PTD). Para fins do iGovTIC-JUD, considera-se periódica a revisão feita pelo menos anualmente.

Pergunta 9: Em relação a Transformação Digital, as seguintes ações são realizadas?

Peso da Pergunta: 10%

Tipo	Respostas	Nota
Sim/Não	Padronização das tabelas unificadas.	40
Sim/Não	Criação de padrões de dados mínimos para o atendimento da LGPD.	30
Sim/Não	Utilização de padrões de assinaturas digitais.	30

Descrição:

Ações para realização de padronização das tabelas unificadas em atendimento à Resolução CNJ nº 46/2007, que cria as Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário e dá outras providências; entre outras normas vigentes e instituídas pelo CNJ.

As ações para a criação de padrões de dados mínimos para o atendimento da LGPD de acordo com a Lei nº 13.709/2018; a Resolução CNJ nº 363/2021 que “Estabelece medidas para o processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais a serem adotadas pelos tribunais” entre outras normas vigentes e instituídas pelo CNJ.

Ações para a utilização de padrões de assinaturas digitais de acordo com o art. 10, inciso V, da Resolução CNJ nº 335/2020. Entre outras normas vigentes e instituídas pelo CNJ.

Pergunta 10: Dentro dos serviços oferecidos para a sociedade, quantos são disponibilizados de forma digital?

Peso da Pergunta: 10%

Tipo	Respostas	Nota
Lista	Entre 0% e 40% dos serviços possuem uma alternativa digital.	0
Lista	Entre 41% e 60% dos serviços possuem uma alternativa digital.	40
Lista	Entre 61% e 80% dos serviços possuem uma alternativa digital.	60
Lista	Entre 81% e 95% dos serviços possuem uma alternativa digital.	80
Lista	Entre 95% e 100% dos serviços possuem uma alternativa digital.	100

Descrição: Considerando os serviços oferecidos ao cidadão e os processos primários que agregam valor diretamente à sociedade e representam as atividades essenciais que o órgão executa para cumprir sua missão, quantos possuem uma alternativa totalmente digital, evitando que o cidadão tenha que comparecer fisicamente ao órgão e/ou a necessidade de entregar documentos físicos.

Pergunta 11: Sobre a Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br) (Res. CNJ nº 335/2020 e Port. CNJ nº 252/2020):

Peso da Pergunta: 25%

Item 1: Sobre o Comitê Gestor do Tribunal que trata da PDPJ-Br:

Tipo	Respostas	Nota
Lista	Não existem ações para instituir o Comitê.	0
Lista	O Comitê está em fase de constituição.	5
Lista	O Comitê foi constituído, mas nenhum plano de ação foi criado.	10
Lista	O Comitê foi constituído, o plano de ação foi criado, contudo as ações ainda não estão sendo executadas.	15
Lista	O Comitê foi constituído; monitora e avalia periodicamente os resultados do plano de implementação da PDPJ-Br.	25
Sim/Não	O Comitê possui ferramenta de comunicação própria (<i>e-mail</i> , aplicativo, Teams).	10

Item 2: Sobre a integração dos sistemas judiciais:

Tipo	Respostas	Nota
Sim/Não	O órgão desenvolveu nova funcionalidade em seus sistemas legados desde a aprovação da Resolução 335/2020.	15
Sim/Não	O órgão possui planejamento para integração de todos os seus sistemas judiciais à PDPJ-Br.	25
Sim/Não	As soluções do órgão a serem integradas à PDPJ-Br atendem as condições do artigo 2 da Portaria CNJ nº 252/2020.	35

Descrição: De acordo com Portaria CNJ nº 252/2020, que dispõe sobre o Modelo de Governança e Gestão da PDPJ-Br e institui os Comitês Gestores dos tribunais.

Pergunta 12: Sobre a "Justiça 4.0".

Peso da Pergunta: 25%

Tipo	Respostas	Nota
Sim/Não	O órgão implementou o "Juízo 100% Digital"?	33
Sim/Não	O órgão implementou o "Balcão Virtual"?	34
Sim/Não	O órgão implementou o "Núcleo de Justiça 4.0"?	33

Descrição: O órgão deve se basear na Resolução CNJ nº 345/2020 para verificar se está em conformidade e responder aos itens sobre o "Juízo 100% Digital".

O órgão deve se basear na Resolução CNJ nº 372/2021 para verificar se está em conformidade e responder aos itens sobre o "Balcão Virtual".

O órgão deve basear-se nas Resoluções CNJ nº 385/2021 e nº 398/2021 para verificar se está em conformidade e responder aos itens sobre o "Núcleo de Justiça 4.0".

Pergunta 13: Existem ações para implementar os modelos de inteligência artificial (IA) (Resolução CNJ nº 332/2020)?

Peso da Pergunta: 10%

Tipo	Respostas	Nota
Sim/Não	O órgão conta com soluções ou modelos de IA.	10
Sim/Não	Existem iniciativas para desenvolver modelos de IA.	10
Sim/Não	A alta administração atua para incentivar na concepção de iniciativas de IA.	15
Sim/Não	O órgão utiliza a plataforma de Inteligência Artificial do Poder Judiciário Nacional (Sinapses) com o objetivo de armazenar, testar, treinar, distribuir e auditar modelos de Inteligência Artificial? (Resolução CNJ nº 332/2020.)	25
Sim/Não	O órgão deposita os modelos de Inteligência Artificial desenvolvidos no Sinapses? (Resolução CNJ nº 332/2020.)	20
Sim/Não	O órgão possui processos para assegurar a realização de estudos, pesquisas, ensino e treinamentos de Inteligência Artificial livre de preconceitos. (Resolução CNJ 332/2020)	20

Descrição: Consideram-se soluções ou modelos de Inteligência Artificial (IA), as desenvolvidas ou mantidas pelo órgão, dentro dos padrões de arquitetura preconizados pelo CNJ, que permitam a utilização na PDPJ-Br de acordo com a Resolução CNJ nº 332/2020, com a Portaria CNJ nº 253/2020 ou outras correlacionadas.

5.4 Tema: Atendimento e suporte ao usuário

Pergunta 14: Sobre o funcionamento da Central de Serviços de TIC.

Peso da Pergunta: 40%

Tipo	Respostas	Nota
Sim/Não	As atividades são executadas de acordo com o seu ato constitutivo.	15
Sim/Não	Possui software de gestão de atendimento atualizado.	15
Sim/Não	É realizada capacitação periódica dos atendentes.	15
Sim/Não	Possui FAQs atualizadas.	10
Sim/Não	Pelo menos 95% dos atendimentos são realizados dentro do SLA ou ANO acordados.	45

Descrição: O objetivo da Central de Serviços de TIC é prover um ponto único de contato entre os usuários e a TIC para tratar requisições e incidentes, realizando o seu atendimento de maneira eficiente e profissional, promovendo resposta mais rápida para incidentes, eventos e requisições. Para atingir esse objetivo, é necessário que o órgão formalize as atividades da Central, possua uma ferramenta de apoio (software) moderna e atualizada, bem como uma equipe capacitada na solução e uma base de conhecimento as perguntas frequentes (FAQ) atualizada.

Pergunta 15: Sobre a Central de Atendimento aos Usuário de Soluções de TIC. Ela foi reconhecida, no ciclo do ano anterior, por excelência na prestação de seus serviços. Só serão contabilizados os valores Ótimo e Bom.

Peso da Pergunta: 60%

Tipo	Respostas	Nota
Lista	Não foi realizada pesquisa no ciclo do ano anterior.	0
Lista	Entre 0% e 59% da avaliação com a nota Ótimo ou Bom.	15
Lista	Entre 60% e 69% da avaliação com a nota Ótimo ou Bom.	40
Lista	Entre 70% e 79% da avaliação com a nota Ótimo ou Bom.	60
Lista	Entre 80% e 89% da avaliação com a nota Ótimo ou Bom.	80
Lista	Entre 90% e 100% da avaliação com a nota Ótimo ou Bom.	100

Descrição: Com o objetivo de aumentar a satisfação dos usuários de TIC, é fundamental realizar, anualmente, uma pesquisa de satisfação e, com base em seu resultado, realizar ações de melhoria contínua. Para responder essa pergunta devem ser considerados os usuários internos e externos do órgão que utilizam o serviço da Central de Atendimentos de TIC, e também devem ser consideradas as duas escalas mais altas da pesquisa do órgão, por exemplo, para a nota máxima as respostas podem variar como sendo Ótimo, Excelente, Concordo Totalmente ou nota cinco (considerando uma nota de 1 a 5).

5.5 Tema: Pessoas

Pergunta 16: Sobre os servidores gestores e técnicos.

Peso da Pergunta: 40%

Tipo	Respostas	Nota
Sim/Não	Existem critérios objetivos formalmente instituídos para a escolha de líderes ocupantes de funções de coordenação e de gerência na área de TIC.	30
Sim/Não	São definidas formalmente metas específicas para os gestores e técnicos de TIC.	20
Sim/Não	Há revisão anual e aperfeiçoamento, quando necessário, dos critérios de desempenho exigidos aos servidores lotados na área de TIC.	20
Sim/Não	Há revisão anual e aperfeiçoamento, quando necessário, das competências técnicas e gerenciais definidas para as unidades que compõem a área de TIC.	30

Descrição: É esperado que cada órgão estabeleça ações de forma a prover melhorias na gestão de pessoas de TIC.

Pergunta 17: Sobre os servidores da área de TIC.

Peso da Pergunta: 60%

Tipo	Respostas	Nota
Sim/Não	O órgão possui quadro permanente de servidores de TIC compatível com a demanda, com o referencial mínimo estabelecido no Guia Estratégico de TIC do Poder Judiciário.	35
Sim/Não	O órgão busca implementar instrumentos de reconhecimento e valorização dos servidores da área de TIC, propiciando oportunidades de crescimento profissional e a retenção de talentos.	35
Sim/Não	O órgão realiza análise de rotatividade com o objetivo de reduzir a evasão de servidores de TIC do quadro permanente.	30

Descrição: É esperado que cada órgão estabeleça ações de forma a prover melhorias na gestão de pessoas de TIC.

6 Domínio: Gerenciamento de serviços de TIC

6.1 Tema: Infraestrutura Tecnológica e Serviços em Nuvem

Pergunta 18: Sobre a infraestrutura de TIC.

Peso da Pergunta: 40%

Tipo	Respostas	Nota
Sim/Não	São disponibilizados links de comunicação entre as unidades e o órgão suficientes para suportar o tráfego de dados e garantir a disponibilidade com comprometimento máximo de 80% da capacidade total dos links.	10
Sim/Não	São disponibilizados links de internet redundantes para o órgão, com operadoras distintas, com comprometimento máximo de 80% da capacidade total dos links.	10
Sim/Não	É disponibilizada solução de armazenamento de dados e respectivos softwares de gerência, em que a capacidade líquida não ultrapasse 80% do limite máximo de armazenamento.	20
Sim/Não	É disponibilizado equipamentos aos servidores com comprometimento médio de até 80% de sua capacidade máxima, e em número adequado para garantir disponibilidade em caso de falha dos equipamentos.	20
Sim/Não	É disponibilizada solução de backup com capacidade suficiente para garantir a salvaguarda das informações digitais armazenadas. Existe cópia do backup em local distinto do local primário do órgão, de modo a prover redundância e atender à continuidade do negócio em caso de desastre.	15
Sim/Não	É disponibilizado ambiente de Data Center com os requisitos mínimos de segurança e de disponibilidade estabelecidos em normas nacionais e internacionais.	12,5
Sim/Não	Existe réplica do Data Center em local seguro em prédio distinto do Data Center Principal.	12,5

Descrição: Com o objetivo de manter o bom funcionamento da infraestrutura de TIC, de salvaguardar as informações, de garantir a disponibilidade dos serviços, de promover a comunicação adequada entre suas unidades e com a sociedade, é recomendado que o órgão possua infraestrutura de TIC que atenda, no mínimo, aos requisitos listados nos itens da pergunta.

Pergunta 19: Sobre o provedor de serviços em nuvem.

Peso da Pergunta: 10%

Tipo	Respostas	Nota
Sim/Não	Provê serviços de autoscaling, permitindo que as soluções tenham acesso automático a maior quantidade de recursos computacionais, em função da demanda.	10
Sim/Não	Os serviços prestados são portáteis para outros provedores, sem possibilidade de aprisionamento (lock-in), salvo quando justificável tecnicamente e autorizados formalmente pelo órgão.	10
Sim/Não	O nível mínimo de serviço de disponibilidade das instâncias é igual ou superior a 99,741% para cada período de 1 mês.	10
Sim/Não	O serviço em nuvem permite a construção e execução de containers, como o Docker.	10
Sim/Não	O serviço de balanceamento de carga em nuvem é escalável, permite a realização de health check, fornece failover automático, permite o direcionamento do tráfego para o ponto de extremidade com a menor latência de rede para o usuário.	10
Sim/Não	O órgão possui um ou mais profissionais, servidores ou terceirizados, capacitados para realizar a análise e definição dos cenários apropriados, execução dos procedimentos de configuração, migração/implantação, testes, colocação em produção e acompanhamento/monitoramento do serviço em produção.	10
Sim/Não	As aplicações do órgão provisionadas em nuvem possuem Matrizes de Riscos e Planos de Saída criados e atualizados.	10
Sim/Não	O serviço de Web Application Firewall em nuvem fornece proteção sem modificar o código de back-end, fornece monitoramento das aplicações web contra-ataques usando um log em tempo real, permite a personalização de regras.	10
Sim/Não	O serviço de backup em nuvem permite alocar e gerenciar automaticamente o armazenamento de backup, permite a transmissão segura e o armazenamento dos dados criptografados, permite transferência de dados ilimitada, tanto para backup quanto para restore, fornece sistema de alertas para falhas no processo de backup, ou consistência dos arquivos, os dados são persistidos com redundância de cópias dos dados em equipamentos de hardware diferentes.	10
Sim/Não	O serviço de auditoria e análise de logs em nuvem, permite a construção de consultas para analisar os dados coletados, permite o armazenamento dos logs por períodos superiores a 1 ano.	10

Descrição: Compete à área de TIC, implantar e gerenciar os controles relativos à gestão da segurança da informação para manter a confidencialidade, a integridade, a privacidade das informações produzidas e ou armazenadas, e a disponibilidade das informações e dos recursos de TIC. Operacionalizar a Gestão de Incidentes, a Gestão da Continuidade de Serviços Essenciais, a Gestão de Riscos de Segurança da Informação, e a Gestão do Acesso e Uso dos Recursos de TIC. Dispor de meios para identificação e correção de vulnerabilidades de segurança da informação no ambiente e sistemas críticos do órgão a fim de evitar que ataques cibernéticos, e outras ameaças externas e internas, obtenham sucesso explorando vulnerabilidades conhecidas.

Pergunta 20: Sobre a prestação de serviços em nuvem.

Peso da Pergunta: 20%

Tipo	Respostas	Nota
Sim/Não	O órgão conta com plataforma de serviços em nuvem.	30
Sim/Não	Atende os requisitos de segurança da informação alinhados com as diretrizes do CNJ.	20
Sim/Não	Conta com proteção de dados alinhados com as diretrizes do CNJ.	20
Sim/Não	Conta com ações para migrar serviços antigos para serviços em nuvem.	15
Sim/Não	Conta com ações para que novos serviços já sejam iniciados como serviços em nuvem.	15

Descrição: De acordo com a Resolução CNJ nº 370/2021, em seu art. 31, cada órgão do Poder Judiciário deverá seguir as diretrizes propostas pelo CNJ na adoção de arquitetura e plataforma de serviços em nuvem, atendendo aos requisitos de segurança da informação e proteção de dados.

Pergunta 21: Sobre o gerenciamento de serviços de TIC, quais foram implementados, são executados, monitorados e revisados?

Peso da Pergunta: 30%

Tipo	Respostas	Nota
Sim/Não	O processo de gerenciamento de ativos de TIC.	12,5
Sim/Não	O processo de gerenciamento de capacidade de TIC.	12,5
Sim/Não	O processo de gerenciamento de disponibilidade de TIC.	12,5
Sim/Não	O processo de gerenciamento de incidentes de TIC.	12,5
Sim/Não	O processo de gerenciamento de liberação e implantação de TIC.	12,5
Sim/Não	O processo de gerenciamento de mudanças de TIC.	12,5
Sim/Não	O processo de gerenciamento de problemas de TIC.	12,5
Sim/Não	O processo de gerenciamento de requisições de TIC.	12,5

Descrição: Os processos de gerenciamento de TIC têm como objetivos padronizar os procedimentos da equipe de TI, identificar e promover melhorias contínuas para ajudar o órgão a atingir seus objetivos estratégicos na área de TIC, de forma cada vez mais eficiente. Cada processo deve seguir as melhores práticas do mercado.

6.2 Tema: Riscos, segurança da informação e proteção de dados

Pergunta 22: Sobre o Comitê de Segurança da Informação do órgão (Resolução CNJ nº 396/2021):

Peso da Pergunta: 30%

Tipo	Respostas	Nota
Lista	Não existem ações para instituir o Comitê.	0
Lista	O Comitê está em fase de constituição.	35
Lista	O comitê se reúne pelo menos semestralmente de forma a atuar de maneira preventiva aos riscos.	75
Lista	O comitê se reúne pelo menos trimestralmente de forma a atuar de maneira preventiva aos riscos.	100

Descrição: O órgão está em conformidade com a Resolução CNJ nº 396/2021, que institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ).

Pergunta 23: Sobre o nível da Segurança da Infraestrutura Crítica e da Governança da Segurança da Informação, protocolos e manuais instituídos pela Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ) (Resolução CNJ nº 396/2021):

Peso da Pergunta: 40%

Item 1: Sobre o nível da Segurança da Infraestrutura Crítica e da Governança da Segurança da Informação:

Tipo	Respostas	Nota
Sim/Não	Existem ações para implementar, elevar e manter o nível de segurança das infraestruturas críticas e especialmente os itens dispostos no Artigo 11 da Resolução CNJ nº 396/2021.	35
Sim/Não	Existem ações para realizar a governança da segurança da informação e especialmente os itens dispostos no Artigo 19 da Resolução CNJ nº 396/2021.	30

Item 2: O órgão implementou os protocolos e/ou criou planos de ação para implementar os manuais publicados como anexos da Portaria CNJ nº 162/2021:

Tipo	Respostas	Nota
Sim/Não	O órgão implementou o Protocolo de Prevenção de Incidentes Cibernéticos do Poder Judiciário (PPINC-PJ).	5
Sim/Não	O órgão implementou o Protocolo de Gerenciamento de Crises Cibernéticas do Poder Judiciário (PGCRC-PJ).	5
Sim/Não	O órgão implementou o Protocolo de Investigação de Ilícitos Cibernéticos do Poder Judiciário (PIILC-PJ).	5
Sim/Não	O órgão criou plano de ação para implementar os itens do Manual de Proteção de Infraestruturas Críticas de TIC.	5
Sim/Não	O órgão criou plano de ação para implementar os itens do Manual de Prevenção e Mitigação de Ameaças Cibernéticas e Confiança Digital.	5
Sim/Não	O órgão criou plano de ação para implementar os itens do Manual de Gestão de Identidades.	5
Sim/Não	O órgão criou plano de ação para implementar os itens do Manual de Política de Educação e Cultura em Segurança Cibernética do Poder Judiciário (PECSC-PJ).	5

Descrição:

O órgão está em conformidade com a Resolução CNJ nº 396/2021, que institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ).

Os protocolos e manuais foram publicados como anexos da Portaria CNJ nº 162/2021, e podem ser acessados no link <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3982>.

Pergunta 24: Sobre o Plano de Gestão de Riscos de TIC:

Peso da Pergunta: 15%

Tipo	Respostas	Nota
Sim/Não	É formalmente instituído.	10
Sim/Não	Os processos foram definidos.	25
Sim/Não	É executado.	50
Sim/Não	É revisado periodicamente.	15

Descrição: De acordo com o art. 37 da Resolução CNJ nº 370/2021, cada órgão deverá elaborar um Plano de Gestão de Riscos de TIC. Para fins do iGovTIC-JUD, considera-se periódica a revisão feita pelo menos anualmente.

Pergunta 25: Sobre a Política de Segurança da Informação (PSI):

Peso da Pergunta: 15%

Tipo	Respostas	Nota
Sim/Não	É formalmente instituída.	30
Sim/Não	É executada.	50
Sim/Não	É revisado periodicamente.	20

Descrição: O órgão deve criar sua Política de Segurança da Informação (PSI) seguindo as boas práticas nacionais e internacionais sobre segurança da informação, contendo as ações solicitadas no art. 28 da Resolução CNJ nº 396/2021. Para fins do iGovTIC-JUD, considera-se periódica a revisão feita pelo menos anualmente.

6.3 Tema: Sistemas de Informação

Pergunta 26: O órgão conta com ações para adequar os seus sistemas de informação, aos padrões de interoperabilidade estabelecidos pelo CNJ.

Peso da Pergunta: 40%.

Tipo	Respostas	Nota
Lista	Os padrões são utilizados em 00% a 19% das integrações entre sistemas nos processos judiciais.	0
Lista	Os padrões são utilizados em 20% a 39% das integrações entre sistemas nos processos judiciais.	30
Lista	Os padrões são utilizados em 40% a 69% das integrações entre sistemas nos processos judiciais.	60
Lista	Os padrões são utilizados em 70% a 89% das integrações entre sistemas nos processos judiciais.	80
Lista	Os padrões são utilizados em 90% a 100% das integrações entre sistemas nos processos judiciais.	100

Descrição: O órgão deve utilizar padrões de interoperabilidade estabelecidos na Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 3/2013.

Pergunta 27: Sobre o processo de desenvolvimento e sustentação de sistemas:

Peso da Pergunta: 35%

Tipo	Respostas	Nota
Sim/Não	Existe um processo formalmente instituído.	10
Sim/Não	O processo é revisado periodicamente.	20
Sim/Não	As equipes de projeto estão capacitadas no processo de desenvolvimento e sustentação.	30
Sim/Não	Os projetos de desenvolvimento estão aderentes ao processo de desenvolvimento e sustentação.	40

Descrição: Existe uma metodologia de desenvolvimento de sistemas e de sustentação de acordo com as melhores práticas de mercado.

Pergunta 28: Sobre as soluções de TIC:

Peso da Pergunta: 25%

Tipo	Respostas	Nota
Sim/Não	O órgão possui um catálogo (portfólio) de soluções de TIC formalmente instituído.	20
Sim/Não	Existe normativo que define papéis e responsabilidades no ciclo de vida das soluções de TIC.	35
Sim/Não	A área negocial é responsável por receber, avaliar e priorizar as demandas referentes ao negócio de uma solução de TIC.	45

Descrição: O catálogo de soluções de TIC é uma lista de soluções (sistemas, software) de TIC que são desenvolvidas ou mantidas pela área de TIC. Entende-se por área negocial aquela responsável por responder dúvidas negociais da solução e priorizar a implementação de itens novos/evolutivos/corretivos.

7 Diagnóstico Complementar

7.1 Tema: Inovação e Inteligência Artificial.

Perguntas:	Tipo
Pergunta 1: O órgão utiliza a ferramenta CODEX?	Sim/Não
Pergunta 2: O CODEX está coletando dados processuais de todos os sistemas processuais?	Sim/Não
Pergunta 3: Há profissionais com conhecimento negocial do CODEX?	Sim/Não
Pergunta 4: Há profissionais com conhecimento técnico do CODEX?	Sim/Não
Pergunta 5: Há profissionais com conhecimento técnico na plataforma Sinapses?	Sim/Não
Pergunta 6: O órgão possui unidade que utiliza a plataforma Sinapses nas suas atividades diárias?	Sim/Não
Pergunta 7: Quantos modelos de IA foram testados na plataforma Sinapses no período de agosto de 2020 até agosto de 2021?	Número

7.2 Tema: Força de Trabalho de TIC.

Perguntas:	Tipo
Pergunta 7: Quantitativo de cargos de TIC do quadro permanente do órgão.	Numérico
Pergunta 8: Quantitativo de cargos necessários de TIC do quadro permanente do órgão, segundo o Guia da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD)	Numérico
Pergunta 9: Quantitativo de cargos de TIC ocupados por servidores de TIC no quadro permanente do órgão.	Numérico
Pergunta 10: Quantitativo de cargos de TIC vagos do quadro permanente do órgão.	Numérico
Pergunta 11: Total de usuários internos que fazem uso dos recursos de TIC (TUInt), segundo o Guia da ENTIC-JUD.	Numérico
Pergunta 12: Total de advogados, defensores ou procuradores registrados nas bases de dados de cada Tribunal. (TUExt), segundo o Guia da ENTIC-JUD.	Numérico
Pergunta 13: Total de Usuários de Recursos de TIC (TURTIC), segundo o Guia da ENTIC-JUD.	Numérico

7.3 Tema: Execução orçamentária e financeira de TIC.

Perguntas:	Tipo
Pergunta 14: Valor total do orçamento de TIC aprovado (disponibilizado em conta para o exercício) para o órgão.	Numérico
Pergunta 15: Valor total do orçamento de custeio de TIC aprovado (disponibilizado em conta para o exercício) para o órgão em custeio.	Numérico
Pergunta 16: Valor total do orçamento de TIC aprovado (disponibilizado em conta para o exercício) para o órgão em investimento.	Numérico
Pergunta 17: Valor total do orçamento de TIC executado (pago) pelo órgão em custeio.	Numérico
Pergunta 18: Valor total do orçamento de TIC executado (pago) pelo órgão em investimento.	Numérico
Pergunta 19: Valor total do orçamento de TIC inscrito pelo órgão em restos a pagar.	Numérico
Pergunta 20: Valor total do orçamento para segurança cibernética e da informação, conforme dispõe a Resolução 396/2021.	Numérico

7.4 Tema: Aquisições de bens e de contratações de serviços de TIC.

Perguntas:	Tipo
Pergunta 21: Quantitativo de contratos assinados/prorrogados ou notas de empenho emitidas de aquisições de bens e de serviços de TIC.	Numérico
Pergunta 22: Quantitativo de contratos assinados ou notas de empenho emitidas de aquisições de bens de TIC.	Numérico
Pergunta 23: Quantitativo de contratos assinados/prorrogados para prestação de serviços de TIC.	Numérico

7.5 Tema: Sistemas de informação que sustentam a atividade precípua do órgão.

Pergunta 24: Relacione os sistemas judiciais (sistema de processamento de informações e prática de atos processuais) utilizados atualmente pelo órgão e informe se foram adquiridos ou desenvolvidos interna ou externamente:

Nome do Sistema	Adquirido / Desenvolvido
Ex.: Processo Judicial Eletrônico (PJe)	Desenvolvido externamente pelo órgão

7.6 Tema: Sistemas de informação que sustentam a atividade administrativa do órgão.

Pergunta 25: Relacione os sistemas administrativos utilizados atualmente pelo órgão e informe se foram adquiridos ou desenvolvidos interna ou externamente:

Nome do Sistema	Adquirido / Desenvolvido
Ex.: Gestão de Processos Administrativos	Desenvolvido externamente pelo órgão
Ex.: Gestão de Pessoas	Adquirido
Ex.: Gestão de Material e Patrimônio	Adquirido
Ex.: Gestão de Orçamento e Finanças	Desenvolvido externamente pelo órgão
Ex.: Gestão de Contratos	Desenvolvido internamente pelo órgão